

# CARTILHA DE ESTÁGIO



**OBRIGATÓRIO E NÃO  
OBRIGATÓRIO**

**PUC**  
CAMPINAS

Se liga  
no trabalho



Prof. Dr. Germano Rigacci Júnior  
**REITOR**

Prof. Dr. Pe. José Benedito de Almeida David  
**VICE-REITOR**

Prof. Dra. Cyntia Belgini Andretta  
**PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO**

Profa. Dra. Alessandra Borin Nogueira  
**PRÓ-REITORA DE PESQUISA,  
PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO**

Prof Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi  
**PRÓ-REITOR DE EDUCAÇÃO CONTINUADA**

Prof. Dr. Victor de Barros Deantoni  
**PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS  
E SERVIÇOS COMPARTILHADOS**

# IMPULSIONE SUA CARREIRA PARA O FUTURO



Em um cenário de rápida evolução tecnológica e crescente complexidade no mercado de trabalho, o desenvolvimento de competências comportamentais, como pensamento analítico e criativo, flexibilidade, auto-consciência, curiosidade, aprendizado contínuo, alfabetização tecnológica, empatia e habilidades interpessoais é cada vez mais requisitado para o sucesso profissional.

Pensando na formação integral, o Programa Se Liga no Trabalho da PUC-Campinas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, oferece ferramentas e experiências que visam fortalecer essas competências e preparar os estudantes para um ambiente de trabalho em constante transformação.

Além de beneficiar os alunos, o programa oferece às empresas e instituições parceiras (públicas e privadas) uma oportunidade valiosa de contar com pessoal altamente qualificado. Os participantes são preparados para atender às demandas do mercado de forma crítica e contextualizada, proporcionando às organizações acesso a talentos capacitados e alinhados com as exigências atuais.

Desta forma, com um enfoque dinâmico e uma abordagem prática, o Se Liga no Trabalho visa fortalecer a conexão entre a universidade e o mercado de trabalho. Seu propósito é promover o desenvolvimento profissional dos estudantes e auxiliá-los a enfrentar os desafios do futuro.

O programa Se Liga no Trabalho possui sistema digital para elaboração e acompanhamento dos documentos de estágio (termos de compromisso, aditivos e rescisões), relatórios de atividades e convênios. O acesso é permitido para as unidades concedentes, estudantes da graduação e agentes de integração.

Este material foi elaborado para ser seu companheiro nessa etapa importante, oferecendo dicas práticas e informações para que você aproveite ao máximo a experiência do estágio, desenvolva suas capacidades, conheça seus direitos e deveres, e esteja preparado(a) para os desafios futuros.

Seja bem-vindo(a) ao Se Liga no Trabalho — um espaço para crescer, aprender e se conectar com o mercado de trabalho!



## O QUE É ESTÁGIO?

O estágio representa o contato do aluno com sua área de atuação, compreendendo ação direta no mundo do trabalho, com o desenvolvimento de atividade de caráter didático-pedagógico-profissional, que articula a formação na graduação, o saber acadêmico e o saber da experiência, em consonância com a missão da Universidade e com seu compromisso social.

A Lei de Estágio nº 11.788/2008, em seu artigo 1º, define que o estágio é desenvolvido no ambiente de trabalho a fim de preparar o aluno para o trabalho produtivo, devendo integrar o Projeto Pedagógico do Curso e o itinerário formativo do educando.

Nesse sentido, a PUC-Campinas fornece a estrutura para atendimento às Diretorias de Faculdades, às unidades concedentes e aos alunos, com informações sobre os Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios em consonância com as normas e legislação em vigor.



## MODALIDADES DE ESTÁGIO

Há duas modalidades de estágio: **Obrigatório e Não Obrigatório.**

- Os estágios devem estar previstos no Projeto Pedagógico do Curso, respeitando a Diretriz Curricular.
- Todo curso tem seu Regulamento de Estágio, prevendo os critérios para a realização do estágio, bem como os níveis de complexidade das atividades a serem realizadas pelo aluno.
- As atividades de Extensão, de Monitoria e de Iniciação Científica somente poderão ser validadas para o Estágio Obrigatório se previsto no Projeto Pedagógico do Curso e no Regulamento do Estágio.
- Todos os estágios são regidos pela Lei de Estágio 11.788/2008 e seguem os Regulamentos de Estágio de cada Faculdade/Curso.



## CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO

- O aluno pode fazer até 30 horas semanais ou 6 horas diárias de estágio.
- O horário do estágio deve ser compatível com as atividades acadêmicas.
- O aluno pode realizar até dois anos de estágio na mesma unidade concedente de vaga.
- O estágio obrigatório não pode exceder a carga horária prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

• Na PUC-Campinas, não há período de provas ou exame final, sendo a avaliação processual. Portanto, nos dias de avaliação da aprendizagem, não está prevista redução da jornada de estágio (cf. Regimento Geral, Capítulo VIII, artigo 85).

• O estágio de 40 horas semanais só é permitido quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso.



- Para o contrato semestral, o recesso se dará até nos últimos quinze dias; se anual, até no último mês.
- Caso o estágio seja encerrado antes do prazo e da realização do recesso, a unidade concedente deverá remunerar e conceder o valor proporcional ao recesso.



## **ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS**

São considerados pré-requisitos para a obtenção do diploma. As regras e condições estão descritas no Projeto Pedagógico do Curso e no Regulamento do Estágio.

- Constituem disciplina, com plano de ensino e avaliação semestral.
- Tem como responsável o professor da disciplina, que é o supervisor de estágio.
- Deverá ser indicado um supervisor do quadro de funcionários da unidade concedente.
- Pagamento de bolsa/remuneração é opcional pela unidade concedente.
- Pagamento de auxílio transporte é opcional pela unidade concedente.
- Seguro contra acidentes pessoais é obrigatório, sendo responsabilidade da unidade concedente ou da instituição de ensino.



## **ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS**

- São atividades opcionais e os critérios para sua realização estão no Regulamento de Estágio do Curso.
- Conta com um professor responsável pela orientação das atividades, bem como um supervisor indicado pela unidade concedente da vaga de estágio.
- É obrigatório o pagamento de bolsa-auxílio (ou outra forma de contraprestação), pois não há atividade voluntária.
- Pagamento de auxílio-transporte e seguro contra acidentes pessoais são obrigatórios, sendo compulsória a sua concessão pela unidade concedente de vaga.





## RECESSO REMUNERADO

O aluno que exerce o estágio não obrigatório tem direito ao recesso remunerado, preferencialmente no mesmo período das férias escolar, como diz o artigo 13 da Lei Federal nº 11.788/2008.

- O recesso é de 30 dias a cada 12 meses, podendo ser concedido em período contínuo ou fracionado.
- O aluno tem direito ao recesso proporcional em contratos de duração inferior a 12 meses.
- O recesso somente poderá ser fruído dentro e antes do término do contrato e nunca antes da integralidade de seu compromisso para com a unidade concedente.
- No caso de celebração de compromisso anual, de igual modo, o recesso se dará até os últimos trinta (30) dias, quando o estagiário já terá cumprido a sua parte no contrato. No caso de renovação, deve-se seguir a mesma lógica.

## QUEM PODE SER ESTAGIÁRIO?

- Todo aluno que estiver regularmente matriculado e frequentando as aulas regularmente.
- O Regulamento de Estágio da Faculdade/Curso estabelece os critérios para o aluno iniciar o estágio, assim como as atividades que pode realizar.
- As atividades de Estágio Obrigatório e/ou Não Obrigatório só poderão iniciar mediante assinatura de convênio entre a PUC-Campinas e a concedente da vaga de estágio e após a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio.

## QUEM PODE OFERECER VAGA DE ESTÁGIO?

As organizações dos setores públicos e privados, conveniadas com a PUC-Campinas ou com agentes integradores, podem oferecer a vaga de estágio, sempre obedecendo as exigências da Lei de Estágio nº 11.788/2008 e o Regulamento de Estágio da Faculdade/Curso do aluno.

A PUC-Campinas possibilita a realização de palestras e processos seletivos in loco.



## **ONDE ENCONTRAR UMA VAGA DE ESTÁGIO?**

- No portal da PUC-Campinas, no endereço: <https://www.puc-campinas.edu.br/programa-se-liga-no-trabalho/>
- Na área logada do aluno da PUC-Campinas.
- Por intermédio da faculdade, principalmente com os professores responsáveis pelo estágio.
- Por intermédio dos agentes integradores.
- Nas palestras realizadas pelas empresas.
- Nas redes sociais de grupos específicos, como Recursos Humanos ou vinculados à sua área de atuação.
- Em agências de empregos.
- Nos sites de empresas públicas e privadas.





## **QUAIS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA INICIAR O ESTÁGIO?**

Termo de Compromisso de Estágio (TCE): é o contrato de estágio, seja para obrigatório ou não obrigatório, que comprova a inexistência de vínculo empregatício e garante os direitos e deveres dos alunos, da unidade concedente e da instituição de ensino.

O documento descreve as condições para a realização das atividades de estágio e deve ser analisado e aprovado pela Diretoria da Faculdade; ter assinatura do aluno estagiário, dos representantes da unidade concedente e da PUC-Campinas.

O Plano de Atividades é parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio, elaborado pela unidade concedente de vaga em comum acordo com os níveis de complexidades estabelecidos no Regulamento de Estágio da Faculdade/Curso.

- As unidades concedentes e agentes de integração conveniadas com a PUC-Campinas têm acesso ao sistema de estágio para a elaboração do TCE (que deve ser emitido antes do início do estágio).
- Os agentes integradores e as unidades concedentes que utilizam modelo próprio de TCE aprovado devem consultar o setor de estágios sobre o fluxo de entrega do documento.
- A renovação ou a alteração de qualquer item do TCE original, aprovado pela PUC-Campinas, deve ser realizada antecipadamente e mediante a elaboração do Termo Aditivo.
- O Termo de Rescisão é o único documento que interrompe, a qualquer momento, o contrato de estágio e deverá ser assinado pelas partes envolvidas.



## QUANDO ENTREGAR O RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO?

O aluno e a empresa concedente devem emitir Relatório de Atividades:

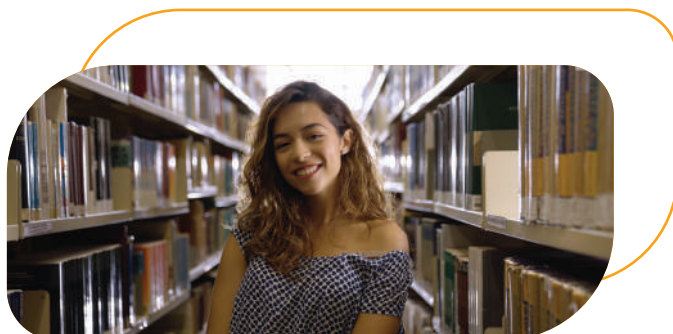
### **Estágio Não Obrigatório:**

- A cada seis meses do cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio (TCE).
- Por ocasião da rescisão ou término do contrato de estágio.
- Na renovação do contrato de estágio, com apresentação do Termo Aditivo de Estágio.

### **Estágio Curricular Obrigatório:**

O Relatório de Atividades deverá ser respondido ao final da vigência do contrato como pré-requisito para aprovação na disciplina. O estudante e o supervisor da unidade concedente receberão um link via e-mail com as orientações para preenchimento.

O Relatório de Atividades pode ser em modelo próprio da unidade concedente ou do agente de integração. Nestes casos, o estudante deverá entregar três vias na PUC-Campinas (na Secretaria de Curso do aluno), preferencialmente, no prazo de até 3 dias úteis da sua emissão, para avaliação da Diretoria de Faculdade. A via da Instituição de Ensino deverá ser na pasta do aluno pela Diretoria da Faculdade.



## AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

- **Estágio Obrigatório:** a avaliação das atividades segue o Plano da Disciplina. O resultado representará a aprovação ou não da disciplina correspondente ao estágio.
- **Estágio Não Obrigatório:** avaliação do desempenho do estagiário será realizada pelo supervisor da unidade concedente, assim como o aluno fará a autoavaliação e das condições em que o estágio foi realizado. O documento, que integra o Relatório de Atividades, é analisado pela Diretoria da Faculdade.





## **CONHEÇA A LEI DE ESTÁGIO**

### **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.**

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO**

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.



§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I - identificar oportunidades de estágio;
- II - ajustar suas condições de realização;
- III - fazer o acompanhamento administrativo;
- IV - encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V - cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

## **CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

- I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14º desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA PARTE CONCEDENTE**

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração

pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- I - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

## **CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO**

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I - 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

## **CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I - de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;  
II - de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;  
III - de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV - acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428. ....

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico- profissional metódica.

.....



§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....  
§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

**Fernando Haddad  
André Peixoto  
Figueiredo Lima**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008



## **NOSSA MISSÃO**

"A Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a partir de valores ético-cristãos, considerando as características socioculturais da realidade, tem como missão produzir, enriquecer e disseminar o conhecimento, contribuindo com a construção de uma sociedade justa e solidária, por meio de suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, visando à capacitação profissional de excelência e à formação integral da pessoa humana."

*Pontifícia Universidade Católica  
de Campinas - Campus I*

Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini,  
1516 - Pq. Rural Fazenda Santa Candida  
Campinas - SP - CEP: 13087-571